

MAPAS COGNITIVOS PARA O DESVELAMENTO DE TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS EM ESPACIALIDADES CENTRAIS DAS CIDADES: um diálogo conceitual e metodológico com a cidade do Rio de Janeiro

COGNITIVE MAPS FOR REVEALING TRANSFORMATIONS AND PERMANENCIES IN CENTRAL SPATIALITIES OF CITIES: a conceptual and methodological dialogue with the city of Rio de Janeiro

MAPAS COGNITIVOS PARA EL DESVELAMIENTO DE TRANSFORMACIONES Y PERMANENCIAS EN ESPACIALIDADES CENTRALES DE LAS CIUDADES: un diálogo conceptual y metodológico con la ciudad de Río de Janeiro

RESUMO

O debate sobre as áreas centrais da cidade vem exigindo a construção de novos mapas cognitivos diante dos processos conflitivos que envolvem transformações e permanências em suas espacialidades corporificadas. É justamente por esse veio que nossa contribuição define seu percurso, sobretudo ao trazer para a cena da investigação dos fenômenos urbanos contemporâneos conceituações provocativas que permitam aguçar nossas reflexões e desacomodar nossas práticas de leitura, tendo como sua referência de concretude a cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: cidade; centralidade; espaço de raridade; espacialidades liminares.

ABSTRACT

The debate about the city's central areas requires creating new cognitive maps to face conflicting processes of transformation and permanence in their corporeal spatialities. In this sense, our contribution finds its course, especially because puts the central focus of the investigation about contemporary urban phenomena on provocative conceptions that sharpen our ideas and rearrange our reading practices, while having the city of Rio de Janeiro as the concrete reference.

Keywords: city; centrality; space of rarity; liminal spatialities.

RESUMEN

El debate sobre las áreas centrales de la ciudad viene demandando la construcción de nuevos mapas cognitivos frente a procesos conflictivos que implican transformaciones y permanencias en sus espacialidades corporeizadas. Es precisamente en esta línea que nuestra contribución define su camino, especialmente trayendo al escenario de la investigación de los fenómenos urbanos contemporâneos conceptualizaciones provocativas que nos permiten agudizar nuestras reflexiones y perturbar nuestras prácticas de lectura, teniendo a la ciudad de Río de Janeiro como su lugar concreto de referencia.

Palabras-clave: ciudad; centralidad; espacio de rareza; espaciadades liminales

 Jorge Luiz Barbosa^a

^a Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.87633

Correspondência:
jorge_barbosa@id.uff.br

Recebido em: 02 mar. 2024

Revisado em: 04 mai. 2024

Aceito em: 07 out. 2024



INTRODUÇÃO

Decididamente mobilizado pela valorização capitalista, o espaço passou a integrar as novas raridades. Se outrora o pão, os meios de subsistência eram raros, agora não [...] não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: água, o ar, a luz, o espaço.

Henri Lefebvre (2008, p 9)

Os estudos sobre as áreas centrais das cidades é parte significativa da tradição de pesquisa nas ciências sociais. Podemos citar os estudos já clássicos da Escola de Chicago de Sociologia Urbana, entre os anos 1917 e 1940, que procuravam compreender as complexidades da estrutura interna das cidades, principalmente com as contribuições de seus modelos explicativos (e preditivos) como os de E. Burgess, teoria das zonas concêntricas, apresentada no artigo *The Growth of the City* de 1924; da teoria dos setores de H. Hoyt, explicitada em *The structure and growth of residential neighborhoods*, de 1939; e a teoria dos centros múltiplos de C. Harris e E. Ullman, defendida em artigo publicado em 1945, *The nature of cities*. Em todas essas contribuições clássicas citadas denotava-se leituras das cidades a partir de seu centro e, posteriormente, dos subcentros, como recurso de entendimento da dinâmica socioespacial urbana.

As matrizes reportadas influenciaram sobremaneira a formação e a produção acadêmica no âmbito da geografia (urbana) no Brasil, traduzindo uma filiação teórica conceitual e metodológica combinada às concretes das cidades brasileiras e seus multifacetados lugares centrais ou áreas centrais. Entre nós, os pesquisadores brasileiros, especialmente as geógrafas Lysia Bernardes e Maria Therezinha Segadas Soares (1987), e os geógrafos Roberto Lobato Corrêa (1996) e Maurício Abreu (1987), se destacaram como autoras e autores que contribuíram decisivamente para os estudos sobre a estrutura interna das cidades e suas centralidades urbanas, tendo como sua referência maior a cidade do Rio de Janeiro.

Nossa reflexão se inscreve, modestamente, na tradição de estudos e estudiosos/as das centralidades urbanas, porém com o esforço empenhado na direção de uma continuidade renovada, do ponto de vista conceitual e metodológico, inclusive entendendo essa tarefa intelectual como um tributo às pesquisadoras renomadas e aos pesquisadores renomados que nos antecederam e nos inspiram permanentemente.

Escolher a centralidade da metrópole carioca como lócus de reflexão conceitual e metodológica acompanha a conclusão de Castells (2000), justamente quando ele afirma ser as centralidades urbanas os espaços que condensam o *agora* e o *de vir* das metrópoles contemporâneas e, por isso, se tornam abrigo das possibilidades de transformações maiores e mais radicais do espaço urbano tão profundamente marcado por desigualdades sociais.

Nosso esforço é o de contribuir para as reflexões de caráter teórico e metodológico dos estudos urbanos diante dos desafios postos pelas transformações impostas às chamadas áreas centrais da cidade no período



contemporâneo e, com estas, as permanências que ainda se fazem presentes a desafiar o ordenamento urbano hegemônico: as espacialidades liminares.

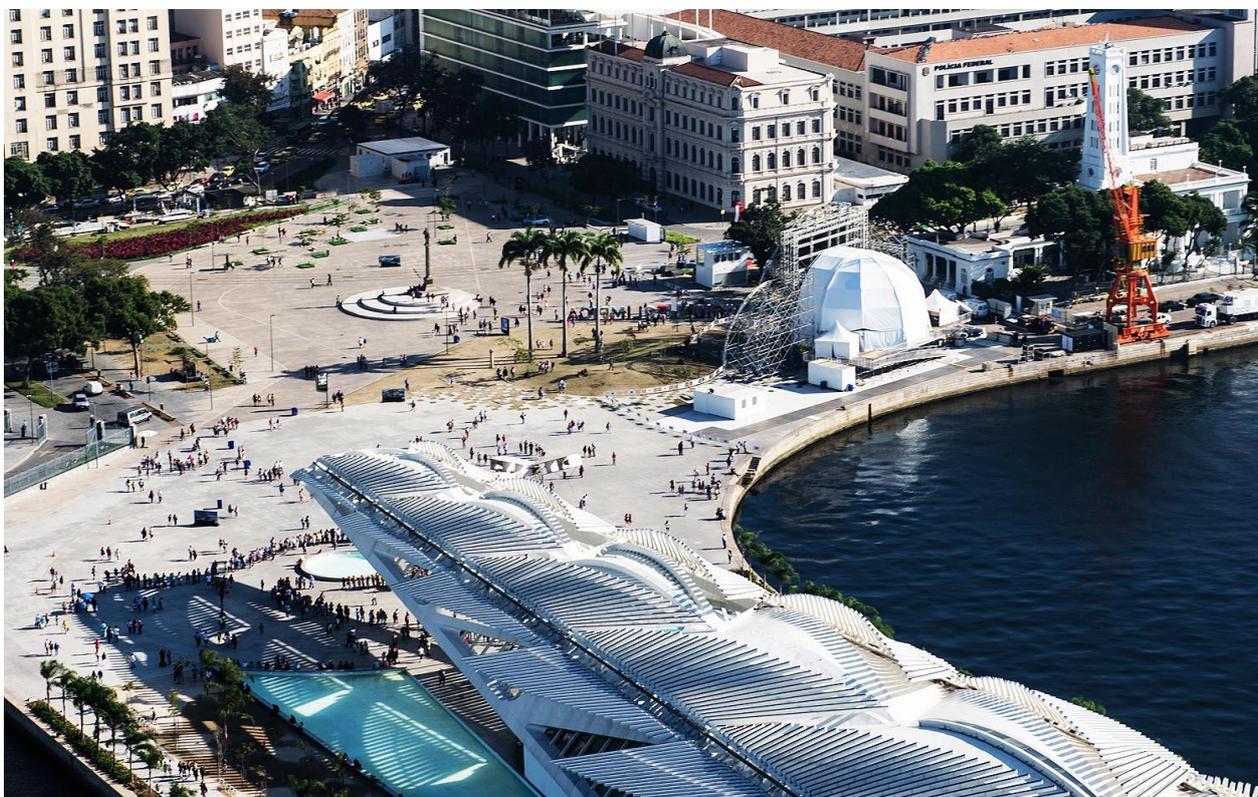
O CENTRO DO RIO DE JANEIRO EM COMO SÍNTESE DAS CONTRADIÇÕES URBANA

Adentrando no lócus empírico de nossa problemática conceitual e metodológica podemos afirmar, de maneira sintética, que a atual configuração urbana do centro carioca comporta uma acumulação de tempos que remontam a períodos históricos distintos, nos quais a cidade do Rio de Janeiro além de se constituir como centro nevrálgico da economia mercantil agroexportadora, incluindo neste período o seu perverso destaque como um dos maiores mercados de escravos africanos do país, também exerceu o papel político-administrativo de capital do país por quase 200 anos (1763/1960). Denota-se uma contínua produção do espaço em modelos socioeconômicos e socioculturais legitimados por discursos orientados nos ideais de progresso e civilização de cada época. Seu período de pós-capital do país não fugiu ao roteiro de intervenções normativas, arquitetônicas e urbanísticas, sobretudo as que impuseram um processo de verticalização construtiva e densidade locacional para atividades econômicas, políticas e culturais de referência modelar, tanto na escala metropolitana como na escala nacional.

Todavia, o período iniciado com a *globalização financeira das cidades* (Sassen, 1991; Jameson, 2010; Harvey, 1987, 2005, 2011) trouxe novos imperativos tangíveis e intangíveis à fisionomia urbana do Rio de Janeiro, com indisfarçável aderência a planos estratégicos de renovação/requalificação/reabilitação urbana, principalmente a partir dos anos 1990, assumindo expressões contraditórias de gentrificação/desposseção urbana, muito próprias aos modelos de *city marketing* e *de branding urbano* de ingresso ao mercado globalizado de cidades (Smith, 1996; Arantes, 2000; Bidou-Zachariasen, 2006; Jaguaribe, 2011; Lipovsky e Serroy, 2015; Barbosa, 2018), expressão de estratégias urbanas que, na leitura crítica de Arantes (2002), promovem a invasão e a reconquista inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades.

A renovação das leituras dos processos urbanos contemporâneos ganham exigência de outros posicionamentos teóricos e metodológico, sobretudo quando se tem em vista os impactos socioespaciais dos programas e projetos urbanísticos de renovação/requalificação/reabilitação no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em destaque mais atual podemos citar o Projeto Porto Maravilha em sua ampla área de incidência na chamada região portuária e todo o seu cortejo de demolição de formas espaciais, desposseção territorial e expulsão de corporeidades que, na verdade, reitera os ciclos de urbanismo reformador autoritário na cidade.

Figura 1. Porto Maravilha: Transformações na região portuária.



Fonte: revista//veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2016/07.

Entretanto, é preciso incorporar à leitura das intervenções hegemônicas do capital financeiro global aos modos plurais de enfileiramento que configuram *circuitos territoriais liminares* dos *despossuídos da metrópole*, no sentido de afirmação de sua permanência na cidade. Abre-se aqui a possibilidade de ao observarmos as condições atuais da cidade do Rio de Janeiro, especialmente com os programas e projetos urbanísticos que incidiram na *Área Central de Negócios*, buscar identificar o revés de gentrificação/nobilitação urbana: a precarização das condições socioespaciais dos grupos populares mais vulnerabilizados, com implicações decisivas na reconfiguração de suas lutas para afirmação de direitos fundamentais de existência (trabalho, moradia e mobilidade).

Estamos então a indicar a presença de *sujeitos periféricos*, no sentido de sua posição de não-reconhecimento de suas demandas de direitos nos planos estratégicos urbanos, com sua invisibilidade sociopolítica reiterada na cidade, mas que se apresentam em atos de apropriação e uso do espaço, mesmo que efêmeros, no reordenamento urbano hegemônico. Emergem, então, outras questões orientadoras da crítica ao empresariamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, particularmente no sentido da identificação



de outras espacialidades criadas por outros sujeitos sociais e por outras demandas de direitos em outros territórios de referência.

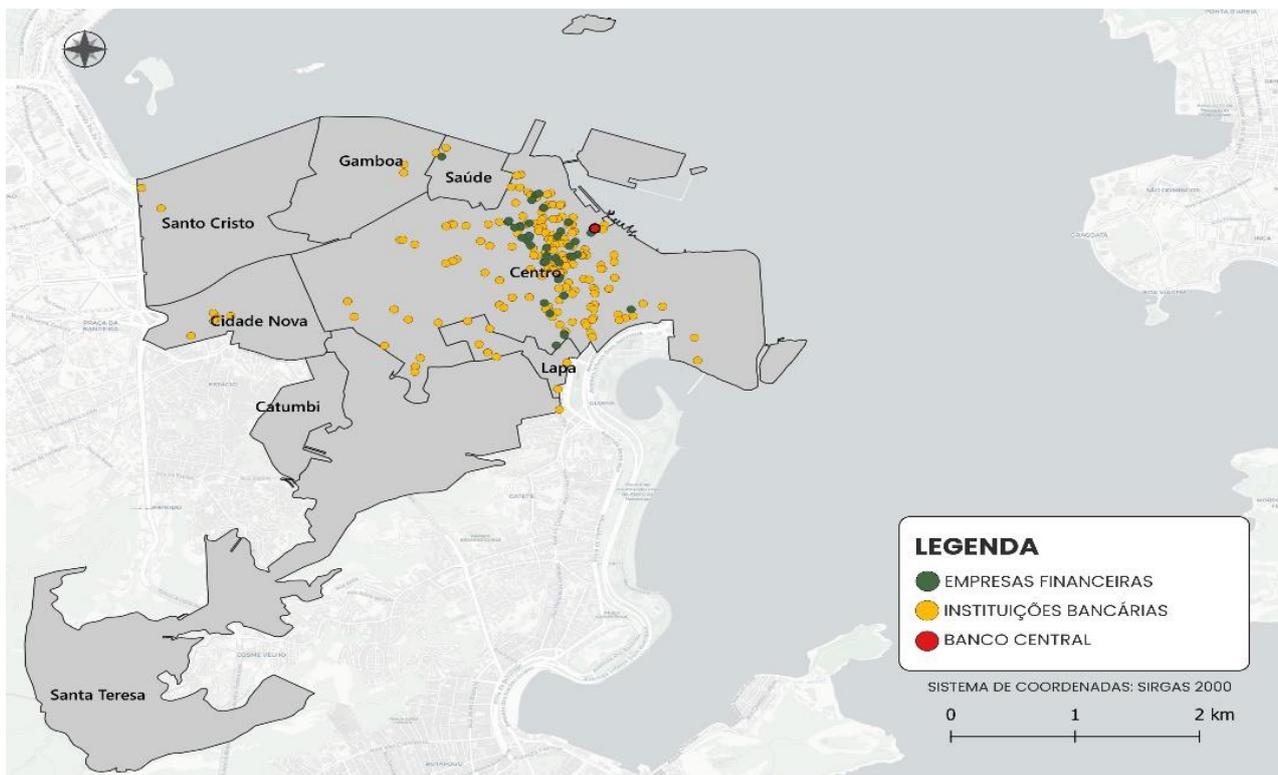
Na perspectiva apontada o ato de elaborar um estudo sistemático sobre o reordenamento urbano em curso na *área central* da cidade do Rio de Janeiro envolve as escalas verticais (as da globalização) e as horizontais (as dos territórios) como incidências concretas das agências de Estado em associação às corporações empresariais financeiras e imobiliárias. Portanto, estamos diante da exigência de observar as condições urbanas de disputa pelo significado socioespacial atribuídos e vividos como *área central da cidade*, levando em consideração seus diferentes sujeitos sociais implicados.

É preciso recordar mesmo que brevemente que a chamada área central da cidade foi sempre um espaço em disputa, com suas mais nítidas expressões nas cenas de ruptura urbanas impostas em diferentes períodos da geografia da cidade e, de certo modo, nos obriga a construir uma periodização espacial da cidade. Podemos citar as intervenções de maior escala e área física atingida, desde a Reforma Passos, no início do século XX, passando pela abertura da Avenida Presidente Getúlio Vargas (anos 1940) e a demolição do bairro do Catumbi (para abertura de túnel Santa Barbara e o viaduto que lhe dá acesso, nos anos 1970) e, mais recentemente, as intervenções do Porto Maravilha. As citadas “cirurgias urbanas” foram realizadas em nome da modernização, da salubridade e da acessibilidade viária do centro com os demais bairros da cidade, sobretudo os da Zona Sul, mas jamais esconderam do seu ímpeto destrutivo em seus processos de expulsão de grupos sociais indesejáveis: territorialidades de populações negras e imigrantes pobres com seus usos considerados inapropriados para se fazerem presente na paisagem *da cidade maravilhosa*. Demonstra-se nessa breve síntese de macro intervenções urbanas acontecidas no século passado, e atualmente em curso na *região portuária*, uma permanente luta pelo espaço na área central da cidade, exposta nos modos de apropriação e uso da (re)produção do urbano, nas suas formas e nos seus conteúdos, assim como em suas corporeidades.

As modelagens espaciais impostas a partir de planos, reformas e obras de incidência de larga escala contribuíram decisivamente para que a denominada *Área Central de Negócios* ganhasse uma posição maior destaque no conjunto da metrópole do Rio de Janeiro, sobretudo na esfera de financiamento, de produção e consumo de bens e serviços, de mobilização de força de trabalho e de nucleação de meios de circulação. Daí a denominamos de *centralidade nevrálgica* da metrópole. O recorte geográfico empírico em evidência concentra atualmente maior densidade dos empregos formais do conjunto da cidade (39%) e da maior oferta de salários médios, além da notável concentração de equipamentos e serviços de educação, de saúde e de cultura, inclusive com o destaque de maior arrecadação de imposto sobre serviços (Petraglia e Leite, 2021; Censo IBGE, 2010). E, como assinalamos no mapa a seguir, uma das maiores concentrações espaciais de

corporações bancárias e financeiras do país (contabilizando 250 empresas financeiras e instituições bancárias, segundo os registros do Banco Central):

Figura 2. Agências Bancárias e Financeiras no Centro do Rio de Janeiro.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Em sua contrapartida socioespacial, considerando a sua extensão nos limites da área de Planejamento 01 da cidade Rio de Janeiro, estamos falando de um recorte geográfico que se nos apresenta com menores densidades em termos de população residente permanente na cidade (4,5%) e com maior percentual de população residente em favelas (35%), assim como apresenta uma considerável presença de cortiços e casas de cômodos.

Embora tenhamos a concentração econômica e centralização financeira a definir a *Área Central de Negócios*, as narrativas que enfatizam a crise urbana do centro da cidade nunca deixaram de repercutir e reverberar sobre a deterioração da infraestrutura, a degradação ambiental, a desvalorização imobiliária e os estigmas de violência em uma morfologia indefinida de *áreas mortas, vazias, ociosas e de obsolescência*.

Figura 3. Cortiços no Centro do Rio de Janeiro.



Fonte: <https://ogimg.infoglobo.com.br/in/10704661-1ab-556/FT1086A>.

Estas áreas morfológicas geralmente “coincidem” e ainda “coincidem” com territórios de moradia e trabalho de grupos populares, tornando-as objetos espaciais de projetos discricionários de ciclos de revitalização/requalificação urbana inaugurados no início do século XX. Como já apontamos, abre-se aqui outra senda para leitura das permanências e transformações em pauta no centro carioca acompanhando o enunciado de Domingues Roca (2005,): (...) *el modo en que se entienda la recuperación de las áreas centrales deterioradas incidirá fuertemente en el significado social de las políticas urbanas para estas áreas y en sus resultados, tanto espaciales como sociales* (Domingues Roca, 2005, p. 223-224).

É justamente na senda aberta por Domingues Roca (2005) que as configurações da *Área Central da Cidade* se fazem presentes neste período de dominância de escala globalizante da produção do urbano e da urbanização. Curiosamente podemos identificar que as intervenções urbanas mais contundentes estão sediadas no núcleo da metrópole carioca, justamente onde estão localizadas as chamadas *espacialidades mortas, vazias, ociosas e de obsolescência*, como um exercício de retomada do mercado de lugares outrora considerados perdidos. Estamos a abordar uma das mais contraditórias e conflitivas estratégias urbanas em suas feições ideológicas, técnicas e políticas de captura de espaços de raridade localizados nas periferias imediatas do centro nevrálgico de negócios.



TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DO CENTRO NEVRÁLGICO DE NEGÓCIOS

As finalidades projetivas em curso de mercantilização do recorte espacial em análise coloca o desafio reinventar no plano conceitual e inovar no plano metodológico o sentido do que denominamos *periferia urbana*, sobretudo com ênfase às condições socioespaciais de existência de usos não hegemônicos, fisionomias estéticas urbanas e grupos sociais presentes. Trata-se de uma tomada de posição questionadora da classificação de distância sociológica e ontológica em termos físicos, econômicos e culturais como definidores da condição de periferia para determinados espaços sociais em relação a um centro e/ou uma centralidade, para tratá-la como situação territorial no âmbito de *geometrias de poder* (Massey, 2012).

Revela-se o caminho conceitual metodológico propositivo que nos leva a empreender uma leitura crítica da relação centro/periferia por meio de relações entre sujeitos sociais, sobretudo no bojo de suas condições situadas de produção, apropriação e uso do espaço urbano traduzidas como relações desiguais de poder interseccionadas em seu sentido de classe, raça, gênero e território.

Aqui se vislumbra uma proposta de tratar as relações entre espacialidades desiguais e combinadas para superar concepções e práticas binárias de interpretação e investigação de relações centro/periferia. É justamente nessa perspectiva que há uma exigência de inovar a leitura crítica da condição de periferia de determinados espaços da metrópole, uma vez que se pretende, na linha teórica e conceitual proposta, construir a superação de estereótipos de carência e estigmas de violência que marcam corpos e o territórios grafados como subalternos.

Assim, como a expressão *periferia* se faz necessário investir na leitura orientada pelo viés do reconhecimento das potências que fazem destes territórios de invenção da vida social e uma referência das mais legítimas da busca incessante de viver plenamente a cidade, a contrapelo da ordem hegemônica do mercado global. Nessa proposição investigativa se impõe a atenção aos modos de presença de grupos populares invisibilizados na cidade e como esses traduzem circuitos de potências de construção de uma agenda de políticas públicas de produção e organização do centro da cidade como espaço de referência de democratização da sociedade.

A denominada *área central* da cidade, notadamente com a incorporação do que estamos definindo como *periferias imediatas do centro*, estão explicitadas no arco de bairros populares e favelas que delimitam o contorno do espaço de centralidade nevrálgica de negócios financeiros, comerciais e de serviços do núcleo da metrópole carioca: Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Cidade Nova, Lapa, Bairro de Fátima, Catumbi, Estácio (bairros formais) e Providência, Morro do Pinto, Fallet, Fogueteiro, Mineira, Coroa e Prazeres (favelas).

Figura 4. A Periferia Imediata do Centro Nevralgico de Negócio.

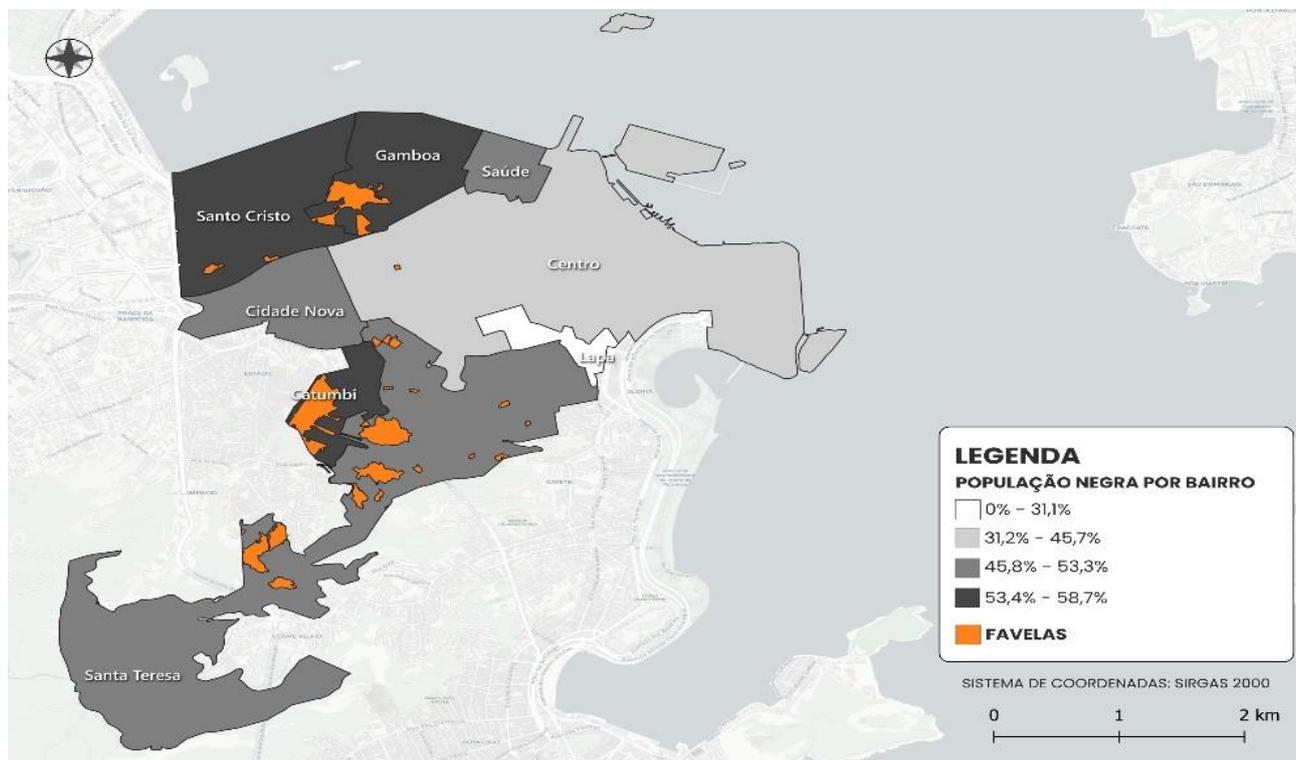


Fonte: Elaboração Própria.

Reportamos aos bairros e as favelas do entorno da *core área* que, há quase dois séculos contados, foram configurados como morada de grupos populares e ainda testemunham a outrora presença de atividades econômicas significativas no seu conjunto de sobrados precariamente conservados, nos prédios industriais abandonados e galpões de armazéns subutilizados. Trata-se do que denominamos como *periferia imediata do centro nevrálgico* da metrópole carioca, apoiando-nos na expressão cunhada por Maurício Abreu (1987), cuja geografia histórica assumiu reiteradamente a posição de *espaço de pobreza funcional* aos negócios da “área central” (espaços de oferta de força de trabalho de baixa qualificação, depósitos, oficinas, armazéns, gráficas, bares, pensões, botequins, entre outras), que inclusive sobrevivem com vigor, especialmente nos bairros do entorno da centralidade nevrálgica do capital financeiro, bancário e comercial.

Por outro lado, é preciso estarmos atentos ao recorte racial que se fez imposto e reposto na espacialidade de centralidade negócios com as incidências de reformas, planos e programas urbanísticos ao longo da produção do espaço urbano. Houve, sem dúvida, uma construção urbana de hierarquização, seletividade e hegemonização de formas, fisionomias, funções e corporeidades a definir a supremacia racial em favor dos brancos donos de negócios, propriedades e poderes urbanos.

Figura 5. População Negra e Favelas em Bairros Centrais da Cidade.



Fonte: Data Rio, 2010.

Como podemos observar com o concurso das informações cartográficas da *área central* torna-se demarcável a notória e reiterada presença de populações negras que exercem sua permanência contrapontística ao centro nevrálgico de negócios. Estamos a frisar as periferias imediatas em destaque são os *espaços de raridade* em disputa na cidade, envolvendo frações de capital, sobretudo o capital financeiro em seu repouso urbano-imobiliário. Todavia, a raridade do espaço também é significativa para os grupos populares, pois é sua morada, seu trabalho, sua sociabilidade e sua identidade. Então, se faz uma disputa de imaginários, práticas e corporeidades que dão sentido as lutas interseccionadas de classe, raça, gênero e território que trazem a cena de disputas corporificadas na Área Central da Cidade.

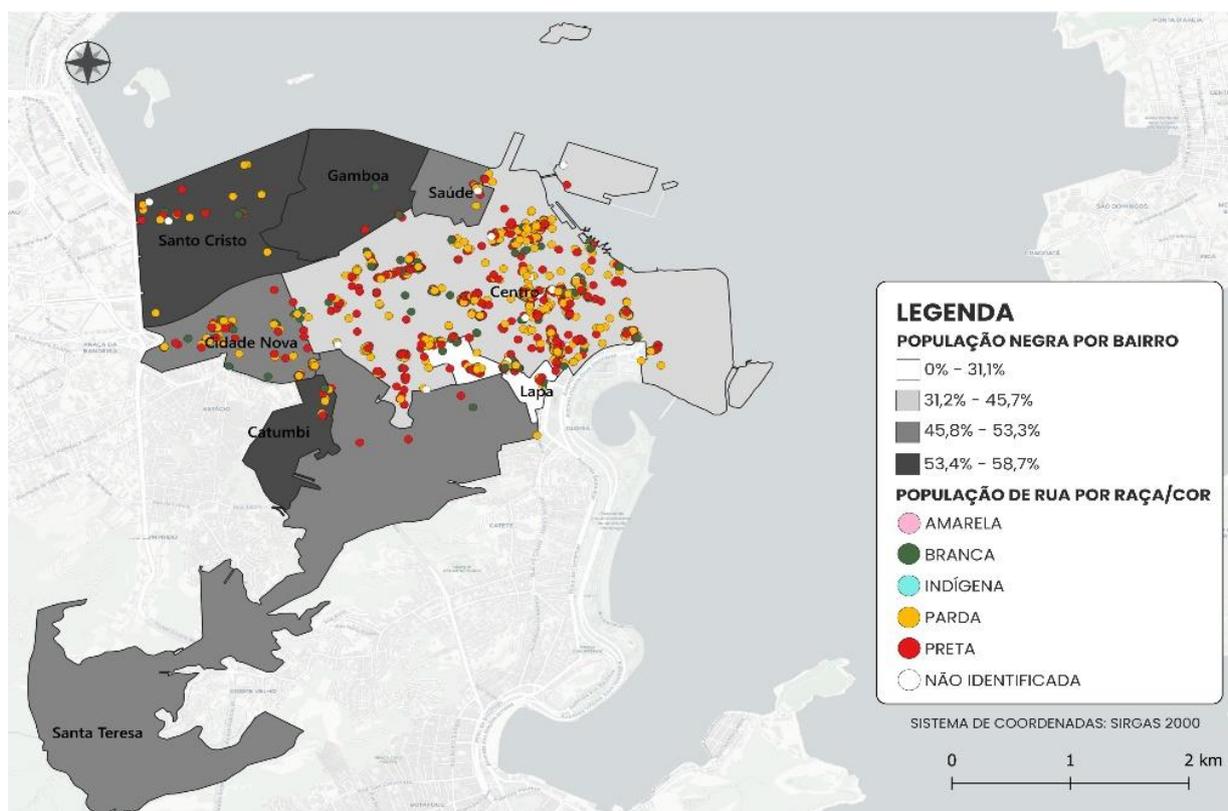
AS ESPACIALIDADES LIMINARES DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

A cidade é uma experiência particular de viver as contradições, conflitos e confrontos da sociedade. Essa assertiva nos permite reconhecer que as experiências urbanas podem ser definidas pela mobilização de diferentes táticas e estratégias cotidianas grafadas como espaço-tempo, como já nos ensinaram os estudos seminais de Henri Lefebvre (1969), Agnes Heller (1992) e Michel De Certeau (1998).

Podemos afirmar no movimento a contrapelo que há cenas espaciais do cotidiano de autoria dos despossuídos da cidade em encruzilhadas forjadas no encontro entre o global e o local sob a égide do capital rentista. Portanto, esses sujeitos sociais em pauta não devem ser identificados pelo prisma de excluídos, marginalizados, resilientes ou viventes em risco, uma vez que são *tratamentos intelectuais* que, apesar de posições ideológicas críticas, acabam por reduzir de modo prático e simbólico a capacidade de reinvenção de existências de homens e mulheres em a meio às malhas mais profundas de desigualdade socioespacial.

Para além do conjunto de sujeitos identificados no âmbito de ocupações populares de prédios, do comércio ambulante e em situação de rua, emergem outros personagens na cena urbana constituindo um complexo elenco que abrange dos entregadores de bens e serviços em domicílio (incluindo os ligados aos aplicativos) aos coletivos de solidariedade, uma multidão de personagens ampliados qualitativa e quantitativamente com a voracidade do desemprego urbano e a brutalidade da pandemia do coronavírus.

Figura 6. População em Situação de Rua cor/raça no Centro do Rio de Janeiro.



Fonte: Data Rio, 2022; Instituto Pereira Passos, 2022.

Devemos reportar à conceituação de precariedade elaborada por Judith Bluter (2019) que, na compreensão da autora, diz respeito a grupos sociais expostos à extrema vulnerabilidade como consequência



da deterioração de suas redes de proteção social e econômica, tornando-os diferencialmente expostos ao dano, à violência, à remoção e à morte. A assertiva da citada autora contém um forte alinhamento com as condições socioespaciais provocadas pelo entrecruzamento da despossessão urbana reiterada em nosso recorte espacial de estudo e a disseminação do cortejo letal do coronavírus, trazendo para o debate o conceito de distinção corpóreo-territorial de direitos como explicitação política da produção da precariedade de corpos e territórios demarcados na cidade.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que os *espaços periféricos* – geralmente concebidos e interpretados de maneira limitada – são abrigos de grupos sociais diante das mais severas formas de opressão social e violação de direitos básicos. É nesta senda que colocamos em destaque uma das questões mais relevantes da cena urbana contemporânea que passa pelo entendimento das periferias como territórios de (re)produção da precariedade se tornam referência de sua superação.

Há, portanto, imperativos sociais que nos convidam a operar criticamente com as *distribuições e localizações* de grupos populares nas condições desiguais da reprodução do urbano, sobretudo dando ênfase as experiências de usos diferenciais da cidade provocado por sua inserção contraditória aos padrões globais de produção e consumo desigual do espaço. Podemos falar de distintas escalas e redes espaciais de acontecimentos das práticas corporificadas de coletivos populares a provocar fissuras, brechas e até mesmo rupturas, às limitações impostas ao *morar, trabalhar e transitar* pela cidade face às racionalidades hegemônicas imperativas. Trata-se, portanto, de acompanhar a argumentação do geógrafo Milton Santos:

Na esfera da racionalidade hegemônica pequena margem é deixada para variedade, a criatividade, e espontaneidade. Enquanto isso, surgem, nas outras esferas, contra racionalidades e racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade são outras formas de racionalidade. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante (Santos, 2003, p. 120 - 121).

As outras racionalidades são também outras corporeidades que emergem como contrapontos à racionalidade hegemônica. Reafirma-se, então, que as cidades não são exclusivamente uma realização de empresas, de agências do Estado, de infraestruturas de circulação, de equipamentos de serviços. É preciso compreender a metrópole como um mosaico espacial de diferentes práticas sociais de sujeitos em relações complexas, tensas e conflitivas, constituindo um revés dos pressupostos de nobilitação/gentrificação urbana. Cabe, então, a referência às espacialidades liminares da cidade!

Acreditamos que as espacialidades liminares como referência fundamental para o trabalho de investigação crítica em proposição. Liminar é uma palavra que deriva do latim *liminare*, que significa iluminar, abrir (...). Traduzida como experiência de tempo-espaço, a expressão liminar nos traz a relação com o limite entre acontecimentos, mas também com a instabilidade e a incerteza que abala os padrões e modos



estabelecidos de relações socioespaciais. Podemos dizer que viver uma *situación de liminarietà* também significa a oportunidade para reconsiderar as nossas escolhas reificadas de vida. Ou seja, colocar em suspensão as formas e as estruturas dadas como duradouras, inabaláveis, quase eternas. Poderíamos também afirmar que a situação de liminar nos conduz em uma travessia sob o impulso do inesperado e nos permite abrir (ou iluminar) outras sendas para nossas experiências individuais e coletivas. Desafiar a ideia de liminar atualmente corrente como estranheza e nostalgia para sua virada interpretativa como modo estético de apropriação do espaço é uma constituição fundamental para entender a geografia da sociedade urbana, como alerta o geógrafo Angelo Turco (2010):

(...) Liminar, en las narraciones geográficas contemporáneas, es un espacio al margen. Un margen posicional, y por eso un campo de interacciones basado en el contacto físico: es el caso, por ejemplo, de una frontera. Pero también un margen en muchos otros sentidos. Por lo pronto, pueden ser liminares aquellos ordenamientos territoriales que ponen en cuestión los órdenes existentes, no sólo en virtud de las relaciones de fuerza, sino también por remitir a principios de justicia ambiental o a legitimaciones de contrapoder y mucho más (Turco, 2010, p.108).

Afirmarmos que as espacialidades liminares nos convidam a fazer travessias de experiências assim como o sentido de linhas de poder de demarcação de localizações entrecruzadas de relações de afeto originadas em pertencas intersubjetivas entre sujeitos socialmente situados. Deve-se considerar, em termos mais abrangentes, que a leitura aqui proposta se faz contrapontística à funcionalidade hegemônica da cidade em suas hierarquias de apartações distintivas de lugares e paisagens, uma vez que envolve a emergência de relações de sociabilidade em territórios de proximidade (solidariedade, proteção, autoestima, amizade) na tessitura de cumplicidades das existências múltiplas de sujeitos sociais a interpelar a cidade da privação como amálgama composto de desigualdade, individualismo, indiferença e precarização da vida. Afirmamos, portanto, que as espacialidades liminares exprimem afetos que impulsionam transformações geográficas com marcações corpóreo-simbólicas pronunciadas em suas lutas pela permanência no centro da cidade.

Busca-se compreender o elenco de fenômenos que se impõe nas transformações urbanas e urbanísticas agenciadas pelos projetos de empresariamento no bojo de suas relações socioespaciais de conflitos e confrontos, e assim entender e esclarecer os movimentos de permanência com ênfase nas vivências e significações dos grupos populares com a cidade, inclusive os *desprezados da polis* como os em situação de rua em suas respostas possíveis às limitações de trabalho e à rigidez dos usos. As ocupações de imóveis pelos sem teto, das praças pelos grupos culturais e das esquinas pelas travestis são ocasionadas por táticas criadas com o horizonte possível de enfrentamentos face a reprodução da precarização da vida social. E, como assevera A. Turco (2010):

El espacio liminar se interesa menos por las agregaciones topográficas que por los procesos de localización, conjugando los procedimientos de ubicación con sus efectos a escala múltiple. Este estilo



de narrar el espacio favorece la consideración de estos complejos órdenes de disposición, no tanto en la naturaleza de las cosas, sino en cuanto a la de los eventos (Turco, 2010, p.92).

No sentido da reflexão aqui proposta cabe convidar a observação conjunta do mapa da Figura 2 e o da Figura 6. Temos presentes a concentração da localização das corporações rentistas no centro da cidade do Rio de Janeiro em contraste à distribuição de uma vizinhança indesejável da presença resistente e impertinente de população em situação de rua. Liminares são margens entre o visível e invisível que traduzem outras referências ao caráter corpóreo-simbólico dos fenômenos geográficos. São fricções inesperadas com o estabelecido, com o hegemônico, com o dominante, como o predominante. Acreditamos que não é exagero ponderar que as espacialidades liminares exprimem-se como disputas de apropriação de raridades urbanas em nossas cidades profundamente desiguais. As espacialidades liminares emergem para marcar o conflito que faz os despossuídos se tornarem visíveis na sua luta pela conquista de seus legítimos direitos no tecido urbano desigual de relações sociais, lutas, experiências e estratégias políticas (Ananya Roy, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste singelo artigo provocar reflexões conceituais e metodológicas para colocar em causa um conjunto de reflexões críticas sobre as intervenções urbanas sediadas no núcleo da metrópole carioca, tendo em vista o revés dos pressupostos e das práticas de nobilitação/gentrificação urbana. Consideramos que transformações urbanas na área central da cidade do Rio de Janeiro impostas pelas agências do Estado e pelo capital corporativo rentista se revelaram como dispositivos de reprodução de distinções corpóreo-territoriais de direitos, traduzindo em seu cortejo a despossessão territorial de grupos sociais populares da cidade.

Todavia, buscamos também chamar atenção para as permanências que fazem o espaço urbano ser interpretado a contrapelo, especialmente quando ampliamos nossa leitura para as espacialidades liminares que nos dão notícias dos diferentes enfrentamentos corpóreos, simbólicos e territoriais interseccionados de raça, gênero e sexualidade na cidade.

Mapear cognitivamente tais configurações espaciais liminares na cidade – sejam elas mesmas efêmeras, incertas ou fugazes – nos impõe o reconhecimento de outras potências de agir diante da hegemonia empresariamento urbano rentista em curso em nossas cidades. Transformações e permanências estão em fricção no centro das cidades, em especial na cidade do Rio de Janeiro, trazendo no seu bojo a necessidade de renovação conceitual e metodológica de seu desvelamento crítico.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1987.
- ARANTES., Otilia B. F. Uma Estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In ARANTES, O. B F;VAINER, C. B.; MARICATO, E. A *cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BARBOSA. Jorge Luiz. Por uma cartografia de microutopias para reinvenção da cidade. In SERPA, Ângelo ; CARLOS, Ana Fani Carlos. *Geografia Urbana: desafios teóricos contemporâneos*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- BERNARDES, Lisya M. Cavalcanti; SOARES, Maria Therezinha Segadas. *Cidade e Região*. Secretaria Municipal de Cultura. Biblioteca Carioca, 1987.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e Políticas das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2019.
- BURGESS, Ernest W. "The Growth of the City: An Introduction to a Research Project", Chicago: Publications of the American Sociological Society, N° 18, 1924, pp 85-97
- CARLOS. Ana Fani A. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In Ferreira, Álvaro [et al]. *Metropolização do Espaço - Gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CORREA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1996.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. As artes do fazer. Petropolis: Vozes, 1992.
- DOMINGUES ROCA, Luís Javier. Centralidad y Políticas Urbanas: reflexiones sobre el deterioro y la rehabilitación. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo: USP, n. 18, p 213-232, 2005
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HARRIS, Chancis. D. and ULLMAN, Edward L. "The nature of cities", Annals of the American Academy of Political and Social Science 242, 7-17, 1945.
- HARVEY, David. Flexible accumulation through urbanization: reflections on postmodernism in the American City. Antípode, vol. 19, 1987.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo* São Paulo: Boitempo, 2011.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HOYT, Homer. *Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities*. Washington: Federal Housing Administration, 1939.
- JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a cidade maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. Revista Fameco. Porto Alegre, v.18, n.2, p. 327-347.maio/ago.2011.
- JAMESON, Frederick. *A cidade do futuro*. Libertas, Juiz de Fora, v.4, n,2 p.181- 200,jan/jun, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.



LIPOVETSKY, G; SERROY, J. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MASSEY, Doreen. Imaginar la globalização: las geometrias de poder del tempo-espacio. In Albelto Abel y Benach, Núria. *Doreen Massey - Um sentido global del lugar*. Barcelona: Icaria, 2012.

PETRAGLIA, Carmen Lúcia; LEITE, Vera França (coord.). Centralidades: territórios de perspectivas para políticas públicas. *Caderno Metropolitano 2*. Rio de Janeiro: câmara Metropolitana de Integração Governamental, 2017.

ROY, Ananya. The twenty-first-century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*. 43 n. 6: 819-30, 2009.

SADER, Eder. *Quando novas personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização*. São Paulo: Record, (2000 1ª Edição), 2003.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and revanchista city*. London: Routledge, 1996.

TURCO, Angelo. Figuras narrativas de la geografía humana. In Los giros da geografía humana. LINDON, Alícia e HIERNAX, Daniel Los giros da geografía humana. México: Anthropos Editorial, 2010, p 91-119.